

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2023



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária – Especialidade
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'I09', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Que seja livre o que chegar, que seja doce o que ficar
e que seja breve o que tiver que ir.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

[Acerca da “Igualdade”]

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi o grito de guerra da Revolução Francesa. Hoje há disciplinas inteiras – ramos da filosofia, da ciência política e dos estudos jurídicos – que têm a “igualdade” como tema central de estudos. Todos concordam que a igualdade é um valor; ninguém parece concordar quanto ao que se refere o termo. Igualdade de oportunidades? Igualdade de condições? Igualdade formal perante a lei?

*Estaremos falando de uma ideologia, a crença de que todos na sociedade **deveriam** ser iguais – claro que não em todos os aspectos, mas nos mais importantes? Ou será uma sociedade em que as pessoas **são** efetivamente iguais? O que isso significaria de fato, na prática, em ambos os casos? Que todos os membros da sociedade têm igual acesso à terra, ou tratam uns aos outros com igual dignidade, ou são igualmente livres para expor suas opiniões em assembleias públicas?*

A igualdade seria o apagamento do indivíduo ou a celebração do indivíduo? Numa sociedade, por exemplo, em que os mais poderosos são tratados como divindades e tomam as decisões mais importantes, é possível falar em igualdade? E as relações de gênero? Muitas sociedades tratadas como “igualitárias” na verdade têm seu igualitarismo restrito aos homens adultos. Em casos assim, podemos falar em igualdade de gêneros?

Como não existe nenhuma resposta clara e consensual a questões desse tipo, o uso do termo “igualitário” tem levado a discussões infundáveis. Para alguns teóricos do século XVII, a igualdade se manifestava no estado da Natureza. Igualdade, pois, seria um termo definido por omissão: identificaria uma humanidade que pudesse estar livre depois de removidas todas as armadilhas da civilização. Povos “igualitários” seriam, pois, aqueles sem príncipes, sem juízes, sem inspetores, sem sacerdotes, possivelmente sem cidades, sem escrita ou sequer agricultura. Seriam sociedades de iguais apenas no sentido estrito de que estariam ausentes todos os sinais mais evidentes de desigualdade.

Não há dúvida, pensando-se sempre no ideal de “igualdade”, de que algo deu muito errado no mundo. Uma ínfima parte da população controla o destino de quase todos os outros, e de uma maneira cada vez mais desastrosa.

(Adaptado de: GRAEBER, David, e WENGROW, David. **O despertar de tudo – Uma nova história da humanidade**. Trad. Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 91 a 94, *passim*)

1. A utilização do termo igualdade tem mostrado que esse conceito
 - (A) somente ganhou precisão rigorosamente objetiva ao longo da Revolução Francesa.
 - (B) tem sido objeto de várias áreas de conhecimento, sem consenso quanto ao seu sentido.
 - (C) apenas ganha sentido para esclarecer o que ocorre positivamente entre os gêneros.
 - (D) tem sido objeto de discussões infundáveis porque ninguém lhe reconhece um valor prático.
 - (E) teve plena vigência somente entre os primitivos que reconheciam o valor da natureza.
2. Segundo alguns teóricos do século XVII (4º parágrafo), a igualdade
 - (A) só ocorreria no caso de supressão do que consideravam obstáculos criados pela própria civilização.
 - (B) seria alcançada somente quando os homens aperfeiçoassem com todo o rigor suas mais caras instituições.
 - (C) teria alcançado seu esplendor ao tempo em que o cultivo da natureza inspirava a conduta social de todos.
 - (D) teria se tornado um valor abstrato por conta das revoluções que suprimiram suas formas objetivas de vigência.
 - (E) constituiria um ideal tão alto que será preciso aguardar a ocasião historicamente propícia para sua efetivação.
3. Na pergunta **A igualdade seria o apagamento do indivíduo ou a celebração do indivíduo?**, o autor
 - (A) articula uma relação de causa e efeito entre os termos que a constituem.
 - (B) indaga sobre o que seria um natural desenvolvimento das práticas igualitárias.
 - (C) considera os extremos antagônicos relativos ao entendimento de um mesmo conceito.
 - (D) levanta a hipótese de que haja duas possibilidades alternáveis dentro de uma prática.
 - (E) sustenta uma relação de antagonismo entre os que vivenciam um mesmo ideal.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *têm a “igualdade” como tema central de estudos* (1º parágrafo) = trabalham de modo igualitário um conceito essencial
 - (B) *tratam uns aos outros com igual dignidade* (2º parágrafo) = fazem-se dignos do mesmo tratamento
 - (C) *igualitarismo restrito aos homens adultos* (3º parágrafo) = restrição de igualdade entre os mais bem formados
 - (D) *resposta clara e consensual a questões desse tipo* (4º parágrafo) = solução límpida para as dissensões de tal ordem
 - (E) *estariam ausentes todos os sinais mais evidentes* (4º parágrafo) = não se apresentariam os traços mais visíveis



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não correspondem aos conceitos defendidos pelos revolucionários franceses nenhuma prática moderna plenamente objetiva.
 - (B) Restam aos que ainda se proponham a bem definir o que seja igualdade o desafio de comprová-la nas vivências sociais.
 - (C) Não deve satisfazer a um defensor intransigente da igualdade entre os homens as convicções abstratas dos idealistas.
 - (D) Por mais dúvidas que se coloquem diante do conceito de igualdade, não se apaga o ânimo dos humanistas esperançosos.
 - (E) Deverá sobrevir como efeito imediato do fim das práticas autoritárias as práticas possíveis de um real igualitarismo.
-
6. Transpondo-se para a voz **ativa** a frase **os mais poderosos são tratados como divindades**, a forma verbal obtida deverá ser
- (A) tratam-se
 - (B) tratam
 - (C) devem ser tratados
 - (D) tratar-se-ão
 - (E) podem tratar-se
-
7. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Diga-me, então: se você acha de fato pertinente esse quadro de definições, do termo “igualdade”.
 - (B) Eu desejaria saber qual a dificuldade, que se apresenta, desde sempre para se definir o que é igualdade?
 - (C) Sem dúvida não há consenso: devido ao fato de um conceito como este ser, dúbio já na raiz.
 - (D) Há ainda os que esperam, apesar de tudo, que um dia se estabeleça, como prática real, um efetivo igualitarismo.
 - (E) O conceito de igualitarismo, desde sempre vacilante aguarda, que sua prática, enfim venha a se dar, entre os que nele confiam.
-
8. A frase *o uso do termo “igualitário” tem levado a discussões infundáveis* permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) tem sido propiciado de
 - (B) vem ensejando
 - (C) abrange-se em
 - (D) investe-se para
 - (E) conclama à essas
-

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 13, baseie-se no texto abaixo.

Encenação da morte

A vida nos quer, a morte nos quer. Somos o resultado da tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam. Esse equilíbrio não é estável. Amplo, diverso e elástico é o campo de força da vida, e vale a mesma coisa para o campo da morte. Se ficamos facilmente deprimidos ou exaltados é em razão das oscilações de intensidade desses dois campos magnéticos, sendo o tédio o relativo equilíbrio entre os dois.

Às vezes é mais intensa a pressão da vida, outras vezes é mais intensa a pressão da morte. Não se quer dizer com isso que a exaltação seja a morte e a depressão seja a vida. Há exaltações e exultações que se polarizam na morte, assim como há sistemas de depressão que gravitam em torno da vida. O estranho, do ponto de vista biológico, é que somos medularmente solitários com ambos os estados de imantação mais intensa, os da vida e os da morte. Não aproveitamos apenas a vida, mas usufruímos também as experiências da morte, desde que essas não nos matem.

Ganhei várias vezes da morte, isto é, inúmeras vezes os papéis que a morte representou para mim não chegaram a ser convincentes ou não chegaram a fazer grande sucesso. Matei várias mortes. (...) Mas outro dia dei dentro de mim com uma morte tão madura, tão forte, tão irresponsável, tão parecida comigo que fiquei no mais confuso dos sentimentos. Esta eu não posso matar, esta é a minha morte. O Vinícius de Moraes, que entende muito de morte, disse que nesse terreno há sempre margem de erro, e que talvez eu tenha ainda de andar um bocado mais antes de encontrar a minha morte. Pode ser. Não sei. Quem sabe?

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **Os sabiás da crônica. Antologia**. Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 246-248, *passim*)

9. Ao situar especificamente a *tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam*, no início do texto, o cronista está se referindo a um fenômeno que expressará em outro lugar como
- (A) estados de imantação mais intensa.
 - (B) diverso e elástico é o campo da vida.
 - (C) somos medularmente solitários.
 - (D) há sempre uma margem de erro.
 - (E) talvez eu tenha ainda de andar um bocado.
-



10. Ao afirmar *Matei várias mortes*, o cronista está sugerindo que
- (A) superou bravamente todos os riscos de morrer.
 - (B) encenou a própria morte para sentir como seria.
 - (C) venceu os desafios de uma ilusória fatalidade.
 - (D) imaginou morrer quando nada o ameaçava.
 - (E) supôs ter morrido num estado de delírio.
11. Considerando-se o contexto, um segmento do texto tem seu significado bem interpretado em:
- (A) *Ampla, diverso e elástico é o campo de força da vida* (1º parágrafo) = O campo de força da vida é previsível em sua singularidade.
 - (B) *nesse terreno há sempre margem de erro* (3º parágrafo) = em assuntos como esse é fatal que nos equivoquemos.
 - (C) *há sistemas de depressão que gravitam em torno da vida* (2º parágrafo) = sobrevém a depressão quando nos entregamos aos instintos de viver.
 - (D) *usufruímos também as experiências da morte* (2º parágrafo) = gerenciamos sobretudo uma vivência da eternidade.
 - (E) *sendo o tédio o relativo equilíbrio entre os dois* (1º parágrafo) = ocorre o tédio quando somos atraídos por ambos os campos.
12. Ao longo do texto o autor se vale de vários **paradoxos**, tal como o que ocorre na seguinte formulação:
- (A) *Somos o resultado da tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam.*
 - (B) *oscilações de intensidade desses dois campos magnéticos.*
 - (C) *Às vezes é mais intensa a pressão da vida*
 - (D) *usufruímos também as experiências da morte, desde que essas não nos matem.*
 - (E) *O Vinícius de Moraes (...) disse que nesse terreno há sempre margem de erro.*
13. Ao tratar da morte, o cronista atribui à morte um poder de imantação tal que acaba por identificar a morte como uma força que, paradoxalmente, exerce uma estranha atração até mesmo sobre os que temem a morte.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) atribui-lhe – identificá-la – a temem
 - (B) lhe atribui – identificar a ela – lhe temem
 - (C) atribui-lhe – a identificar – temem-lhe
 - (D) atribui nela – lhe identificar – temem-na
 - (E) a atribui – identificar-lhe – a temem

Atenção: Para responder às questões de números 14 a 17, baseie-se no texto abaixo.

Uma visita

Era já no fim da tarde quando a moça – muito linda, mas muito aflita –, de nome Francisca Bastos Cordeiro, foi entrando pela porta entreaberta do chalé, seguiu direto ao quarto (antiga sala de costura da casa, ao tempo em que sua dona era viva), onde encontrou, estendido e frágil numa pequena cama de ferro, aquele homem, muito velhinho já, agonizante quase, que lhe fora bom companheiro em noites idas de sua infância, quando com ela jogava o sete e meio e lhe ensinava a recitar poemas na casa de sua avó.

– Vim vê-lo, foi dizendo a moça, inventando uma alegria na voz que lhe disfarçasse a emoção. Estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?

– Estou, sim – disse o velho, numa voz muito cava e muito triste. Estou com saudade da vida.

No dia seguinte morria Machado de Assis. A tarde era a de 28 de setembro de 1908. A rua era a do Cosme Velho.

(Adaptado de: MELLO, Thiago de. **Escritor por escritor – Machado de Assis por seus pares – 1939-2008**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2019, p. 278-279)

14. As informações que identificam *aquele homem, muito velhinho já, agonizante quase*, surgem tão somente no fecho do texto. Como efeito desse procedimento,
- (A) a visita comovida da moça se explica plenamente em virtude da celebridade do moribundo, a quem ela foi prestar homenagem.
 - (B) reverencia-se melhor a humildade com que um célebre escritor acolhia admiradores de sua importante obra literária.
 - (C) toda a visitação acaba marcada pela razão simples da profunda amizade que ligava a moça a um seu velho amigo.
 - (D) fica a impressão de que a visitante desconhecia a real importância histórica daquele seu amigo agonizante.
 - (E) a declinação do nome completo da moça não deixa dúvida em qualquer leitor quanto a quem seja o doente visitado.



15. – Vim vê-lo, foi dizendo a moça, estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?

Transpondo o texto acima para o **discurso indireto**, ele deverá ficar:

A moça foi dizendo que...

- (A) fora visitá-lo, por estar com muitas saudades dele, se ele também estava com as mesmas saudades suas.
- (B) estou vindo pra lhe visitar, que estou com muitas saudades suas, e se ele também estava com as mesmas.
- (C) tinha vindo para lhe ver, e que estava com muitas saudades dele, tanto quanto ele as tinha por ela.
- (D) fora vê-lo por ter estado com saudades dele, e se o senhor também estava com muitas saudades dela.
- (E) tinha ido vê-lo, que estava com muitas saudades dele, e se ele também não estaria com saudades dela.
-
16. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) A moça fora visitar o soberbo escritor em respeito à amizade que desde os tempos de sua meninice cultivasse com ele.
- (B) Foi tocante a sinceridade das palavras que o grande escritor Machado de Assis houvera dito assim que a moça lhe fez aquela confissão.
- (C) Caso não houvesse entre ambos uma antiga e sólida amizade, a cena de despedida não viesse a despertar a comoção final.
- (D) Mal faz a moça sua declaração de saudades e já ouve do mestre as palavras gratas e melancólicas de quem da vida se despede.
- (E) A moça disfarçaria sua emoção inventando uma alegria que o escritor recebera com a melancólica consciência de quem esteja à morte.
-
17. Ela encontrou estendido na cama, agonizante quase, aquele que lhe fora um valioso companheiro em noites idas de sua infância.
- Numa nova redação, o período acima permanecerá gramaticalmente correto no caso de se substituir os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) à beira da agonia – cuja companhia fora preciosa
- (B) em eminente agonia – na qual companhia se enriquecera
- (C) à margem da agonia – a quem obtivera a rica companhia
- (D) relativamente agônico – de quem usufruía bom companheirismo
- (E) agonizando mesmo – de cujo valor de companhia tivera
-

Matemática e Raciocínio Lógico

18. Um professor observou que em sua disciplina 70% dos alunos foram aprovados sem necessidade de fazer a prova de recuperação. Na prova de recuperação, ele verificou que compareceram apenas 90% dos reprovados na primeira avaliação e que todos os que compareceram foram aprovados. Sabendo-se que 3 alunos foram reprovados na disciplina, o total de alunos nessa disciplina era
- (A) 80
- (B) 100
- (C) 70
- (D) 200
- (E) 120
-
19. Abelardo gasta sua renda mensal da seguinte maneira: metade da renda é destinada para gastos fixos, tais como moradia e supermercado. Para os gastos variáveis, como lazer, ele destina 25% da renda, e com saúde ele gasta 15% de sua renda. O restante ele destina à sua poupança. Se no mês de novembro Abelardo poupou R\$ 1.200,00, sua renda nesse mês foi de
- (A) R\$ 12.000,00
- (B) R\$ 6.000,00
- (C) R\$ 24.000,00
- (D) R\$ 8.000,00
- (E) R\$ 10.000,00
-



20. Sabe-se que 10% da metade de um número mais 80% do dobro desse mesmo número vale 33. Esse número é:
- (A) 21
(B) 12
(C) 20
(D) 14
(E) 18
-
21. João recebeu um aumento de 2% em sua remuneração semanal e Maria, que ganhava o dobro de João antes do aumento de 2%, recebeu um aumento de 10% em sua remuneração semanal. A soma das duas remunerações semanais após os respectivos aumentos é de R\$ 3.220,00. O valor da remuneração semanal de João antes do aumento era de
- (A) R\$ 780,00
(B) R\$ 720,00
(C) R\$ 1.360,00
(D) R\$ 1.200,00
(E) R\$ 1.000,00
-
22. O valor da expressão $\left(\frac{1}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{2}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{3}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{4}{3}\right)^{-1}$ é:
- (A) $\left(\frac{5}{2}\right)^2$
(B) $\left(\frac{2}{5}\right)^2$
(C) $\left(\frac{5}{3}\right)^{-1}$
(D) $\left(\frac{5}{3}\right)^2$
(E) $\left(\frac{3}{5}\right)^2$
-
23. Dois números diferentes são escolhidos do conjunto {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9}. Em relação aos dois números escolhidos, sabe-se que a soma deles é igual ao produto deles menos 2 e que a diferença entre eles é 2. A soma dos dois números escolhidos é:
- (A) 4
(B) 8
(C) 14
(D) 6
(E) 10
-
24. Em uma turma de 60 alunos, 10 foram reprovados. Sabendo-se que a média dos alunos aprovados foi 8,5 e a média dos alunos reprovados foi de 3,4, a média da turma foi
- (A) 8,35
(B) 7,65
(C) 7,95
(D) 6,95
(E) 7,05
-
25. João pediu emprestado R\$ 1.000,00 a serem pagos em 30 dias com acréscimo de 10%, mas como pagou antes do prazo recebeu desconto de 5% sobre o valor que deveria pagar. O valor pago pelo empréstimo foi de:
- (A) R\$ 1.105,00
(B) R\$ 1.005,00
(C) R\$ 1.045,00
(D) R\$ 1.255,00
(E) R\$ 1.095,00

**Legislação**

26. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, são inelegíveis aos cargos de Presidente e Vice-Presidente os Desembargadores que
- (A) respondam a Processo Administrativo Disciplinar, cuja instauração tenha sido determinada pelo Tribunal Pleno.
 - (B) tenham menos de 15 anos de efetivo exercício do cargo.
 - (C) tenham sido membros do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) tenham exercido esses cargos por três mandatos consecutivos.
 - (E) não tenham se licenciado do cargo nos últimos dez anos.
-
27. Foram impetrados no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região três *habeas corpus*: 1) contra ato do Tribunal; 2) contra ato de uma das Turmas; 3) contra ato de um Juiz do Trabalho. Conforme dispõe o Regimento Interno do referido Tribunal, processar e julgar esses *habeas corpus* compete, respectivamente,
- (A) ao Tribunal Pleno – à Turma – e à Turma.
 - (B) ao Tribunal Pleno – à Turma – e ao Juiz do Trabalho.
 - (C) ao Juiz do Trabalho – ao Juiz do Trabalho – e ao Juiz do Trabalho.
 - (D) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Tribunal Pleno.
 - (E) à Turma – à Turma – e à Turma.
-
28. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no que concerne às correições,
- (A) a realização da correição ordinária anual independe de afixação de edital por ser processo sigiloso.
 - (B) os trabalhos de correição extraordinária dispensam a comunicação prévia à unidade judiciária a que se destinar.
 - (C) a realização da correição parcial não pode ser instaurada de ofício.
 - (D) não há previsão legal para concessão de liminar.
 - (E) não há previsão legal para recurso das decisões proferidas pelo Corregedor Regional.
-
29. Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:
- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
 - data da posse: 20/3/2022.
 - data da entrada em exercício: 30/5/2022.
- Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que
- (A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.
 - (B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
 - (C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.
 - (D) a entrada em exercício independe da data da posse.
 - (E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
-
30. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) a remoção do servidor está condicionada à mudança de sede.
 - (B) a redistribuição é processo previsto para cargos de provimento efetivo e em comissão.
 - (C) o servidor estável inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo será submetido à recondução ao cargo anteriormente ocupado, desde que não provido.
 - (D) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável ou em estágio probatório.
 - (E) a reversão é o processo que alcança servidores ativos e aposentados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Leah, estrangeira, tem duas filhas: Laura e Josefina. Laura nasceu no Brasil enquanto Leah aqui estava a serviço de seu país de origem. Alguns anos mais tarde, depois de se divorciar do seu primeiro marido, Leah deixou de trabalhar para seu país de origem, casou-se com um brasileiro e fixou sua residência no Brasil, onde, alguns anos depois, quando já se dedicava integralmente ao seu lar, nasceu sua segunda filha, Josefina. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República, preenchidos os requisitos necessários.
 - (B) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que ambas poderão exercer qualquer cargo que seja exclusivo de brasileiro nato.
 - (C) apenas Laura é considerada brasileira nata e ela não poderá, entretanto, candidatar-se ao cargo de Presidente da República.
 - (D) apenas Josefina é considerada brasileira nata e ela poderá, preenchidos os requisitos necessários, exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (E) Laura e também Josefina são consideradas brasileiras natas, sendo que apenas Laura poderá exercer o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, preenchidos os requisitos legais.
-
32. Lucas, nas eleições de 2020, quando tinha 24 anos de idade, foi eleito Vereador em certo município brasileiro e, nas eleições de 2024, almeja ser candidato a Presidente da República. Nessa situação hipotética, de acordo com a Constituição Federal e com base apenas nas informações aqui fornecidas, com relação a sua candidatura ao cargo de Presidente da República em 2024, Lucas
- (A) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até quatro meses antes do pleito.
 - (B) poderá se candidatar, desde que renuncie ao mandato de Vereador até seis meses antes do pleito.
 - (C) não poderá se candidatar a outro cargo, pois não pode renunciar ao mandato de Vereador, devendo cumpri-lo até o final.
 - (D) não poderá se candidatar, por não preencher condição de elegibilidade exigida para tanto.
 - (E) poderá se candidatar, independentemente de renunciar ao mandato de Vereador, pois preenche todas as condições de elegibilidade exigidas.
-
33. O projeto de lei ordinária vetado, no todo, pelo Presidente da República, por ter sido considerado inconstitucional, será, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) enviado, para promulgação, ao Presidente da República, se o veto não for mantido, ou seja, se for rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em sessão conjunta.
 - (B) arquivado, somente podendo constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (C) enviado, para promulgação, ao Presidente do Senado Federal, imediatamente após a rejeição do veto pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em sessão conjunta.
 - (D) arquivado, somente podendo constituir objeto de novo projeto na sessão legislativa seguinte, mediante proposta da maioria simples dos membros das duas Casas do Congresso Nacional.
 - (E) enviado, para promulgação, ao Presidente do Congresso Nacional, imediatamente após a rejeição do veto pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em sessão conjunta.
-
34. De acordo com a Constituição Federal, a atribuição de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, é de competência privativa do Presidente da República,
- (A) podendo ser delegada apenas ao Advogado-Geral da União, que observará os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (B) não podendo ser delegada, tendo em vista que as atribuições privativas do Presidente da República não são passíveis de delegação.
 - (C) podendo ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.
 - (D) podendo ser delegada apenas com relação à comutação de penas aos Ministros de Estados, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
 - (E) não podendo ser delegada, pois não se encontra dentre as hipóteses previstas pela Constituição Federal como possíveis de delegação pelo Presidente da República.
-
35. De acordo com a Constituição Federal, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho
- (A) não poderá ajuizar dissídio coletivo, porque o direito de greve é constitucionalmente garantido a todos, inclusive quando se tratar de atividade essencial.
 - (B) não poderá ajuizar dissídio coletivo, apenas tendo legitimidade para tanto os empregadores da categoria.
 - (C) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Superior Tribunal de Justiça decidir o conflito.
 - (D) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo ao Supremo Tribunal Federal decidir o conflito.
 - (E) poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

**Direito Administrativo**

36. O processo administrativo disciplinado pela Lei federal nº 9.784/1999 é regido por princípios e norteado por critérios, constantes expressa ou implicitamente do texto legal, dentre os quais se destaca a
- (A) formalidade, devendo os atos que integram o procedimento ser praticados com estrita observância de forma e momento, a exemplo da juntada de documentos pelo interessado, que deve ser realizada em ato único, assim que intimado para tal.
 - (B) observância da ampla defesa e do contraditório ao interessado, não se lhe podendo recusar a produção de provas antes de a decisão ser proferida, exceto nos casos em que se caracterizarem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
 - (C) inércia, considerando que o processo administrativo somente se impulsiona por ato do interessado ou de seu superior hierárquico, ao qual interessa a conclusão da apuração, sendo vedada a movimentação de ofício pela autoridade instrutora.
 - (D) necessidade de o interessado ser representado por advogado durante toda a tramitação processual, o que, em razão da despesa que acarreta, impede a cobrança de custas e despesas processuais ou permite a compensação entre os valores.
 - (E) oficialidade, cabendo à autoridade instrutora a prática dos atos necessários à elucidação dos fatos imputados ao interessado, não cabendo a este a prática de atos e requerimentos diretos no processo.
-
37. No que se refere às penas passíveis de serem aplicadas em decorrência da caracterização de ato de improbidade, na forma da Lei federal nº 8.429/1992, a
- (A) responsabilização pelo integral ressarcimento do prejuízo causado ao erário absorve a possibilidade de imputação de outras sanções ou penalidades, com exceção da apuração de infração disciplinar para os agentes públicos.
 - (B) perda da função pública somente é passível de imposição, em caráter cumulativo com outras penalidades, aos agentes públicos que tenham praticado ato de improbidade que importem em enriquecimento ilícito, em sua modalidade dolosa.
 - (C) imposição da pena de perda de bens ou de valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio não afasta a possibilidade de cominação de multa, esta que também pode ser aplicada nos casos em que não se caracterize dano ao erário ou enriquecimento ilícito.
 - (D) imposição de multa deve guardar relação com o prejuízo ao erário apurado ou com o acréscimo patrimonial indevido, razão pela qual não se mostra factível nos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública.
 - (E) cominação da pena de ressarcimento do dano causado ao erário pode ser imposta cumulativamente à pessoa jurídica responsável pelo ato de improbidade e aos seus representantes legais, sendo a imposição de multa restrita às pessoas jurídicas.
-
38. A remuneração do parceiro privado, nos contratos de parceria público-privada, regidos pela Lei federal nº 11.079/2004 e de concessão de serviço público (concessão comum), regidos pela Lei federal nº 8.987/1995, apresenta relevantes distinções, em especial porque
- (A) a remuneração do parceiro privado deve, nos contratos de concessão administrativa, obrigatoriamente, envolver a cobrança de tarifa diretamente do usuário do serviço público, adicionalmente à contraprestação devida nos contratos de concessão patrocinada e de concessão comum.
 - (B) os contratos de concessão comum permitem a previsão de aporte de recursos públicos em favor do concessionário como forma de remuneração pela prestação dos serviços, diferentemente do que acontece nos contratos de parceria público-privada, em que essa verba fica restrita à parcela de obras e aquisição de bens reversíveis.
 - (C) os contratos de parceria público-privada contemplam o pagamento de contraprestação pelo parceiro público ao parceiro privado, enquanto nas concessões comuns o concessionário deve se remunerar por meio da exploração do serviço público, mediante cobrança de tarifa.
 - (D) somente os contratos de concessão comum admitem a cobrança de tarifa diretamente do usuário do serviço público, não havendo previsão para tanto nos contratos de parceria público-privada, em que a repartição de riscos é premissa para a celebração do vínculo entre as partes.
 - (E) tanto os contratos de parceria público-privada, quanto os de concessão comum, exigem a prestação de garantia pelo poder público, de forma que o delegatário do serviço público, responsável integralmente pelos investimentos, não fique destituído da devida remuneração contratual.
-
39. Após a concessão de uma licença em favor de determinado particular, a Administração Pública constatou que o interessado não preenchia integralmente os requisitos legais necessários para tanto. Considerando a natureza do vício identificado e, independentemente do tempo decorrido entre a constatação do mesmo e a concessão da licença, a descrição fática indica se tratar de hipótese de
- (A) revisão do ato administrativo, mediante intimação do interessado para apresentação de requerimento de retificação da licença.
 - (B) vício de legalidade, que dá lugar à anulação do ato, passível, portanto, de controle judicial.
 - (C) revogação do ato administrativo, precedida de intimação do interessado, vedada a revisão judicial da licença, em razão do poder de autotutela da Administração Pública.
 - (D) anulação do ato administrativo, precedida de intimação do interessado, vedada a revisão judicial da licença, em razão do poder de autotutela da Administração Pública.
 - (E) vício de legalidade, que dá lugar à revogação do ato e que, portanto, admite controle judicial para suprir a decisão da Administração Pública.



40. O exercício dos chamados Poderes da Administração deve guardar fundamento legal e observar os princípios que informam sua atuação. Nesse sentido, as
- (A) autarquias, como pessoas jurídicas sujeitas ao regime jurídico de direito público, são detentoras de poder normativo originário, sendo autorizadas a editar atos para impor e limitar direitos dos administrados.
 - (B) empresas estatais integram a Administração Pública indireta e, como tal, não se sujeitam aos princípios que informam a atuação da Administração direta, não obstante sejam criadas por lei e seu patrimônio esteja sujeito ao regime jurídico de direito público.
 - (C) fundações, ainda que instituídas por lei e mantidas pelo Poder Público, não integram a Administração Pública indireta, sujeitando-se integralmente ao regime jurídico de direito privado.
 - (D) empresas públicas exercem poder de polícia e poder disciplinar de forma inerente à sua natureza jurídica, prescindindo de previsão na respectiva lei criadora daqueles entes.
 - (E) autarquias, como pessoas jurídicas de direito público, podem exercer poder de polícia, observados os limites e campo de atuação constantes da lei que as criou.

Direito do Trabalho

41. Tales é empregado da empresa Turbo Entregas Rápidas, prestando serviços de entregador, utilizando sua motocicleta. Percebe, além do salário fixo de R\$ 2.000,00, gratificação de função de R\$ 400,00 por mês e prêmio-incentivo de R\$ 200,00. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Tales
- (A) tem direito a adicional de periculosidade no valor de R\$ 520,00.
 - (B) não é credor de adicional de periculosidade, restrito às atividades com inflamáveis, explosivos e com eletricidade.
 - (C) faz jus a adicional de periculosidade no importe de R\$ 720,00.
 - (D) deve receber adicional de periculosidade no importe de R\$ 600,00 mensais.
 - (E) merece receber adicional de insalubridade no montante de 20% do salário mínimo, conforme apuração em perícia técnica.
42. Modesto é empregado no Frigorífico Desossa Geral exercendo a função de embalador, mesma função ocupada por Prisco, o qual percebe salário 20% superior a Modesto. Pretendendo receber a mesma remuneração de Prisco, Modesto estuda a possibilidade de reclamar judicialmente. Para ter sucesso na demanda, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, além da identidade de funções e igualdade de produtividade e perfeição técnica, não pode haver entre os empregados diferença de tempo
- (A) na função superior a 2 anos, apenas.
 - (B) de serviço para o empregador superior a 4 anos, apenas.
 - (C) de serviço para o empregador superior a 3 anos, apenas.
 - (D) na função superior a 4 anos, apenas.
 - (E) na função superior a 2 anos e de serviço para o empregador superior a 4 anos.
43. Panaceia pretende celebrar com seu empregador, a Casa de Eventos Pecado Capital, acordo para porem fim ao contrato de trabalho que dura 9 meses. O último salário de Panaceia é de R\$ 3.000,00, e a mesma possui na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) o valor de R\$ 1.200,00. Com base no contido na Consolidação das Leis do Trabalho, a empregada poderá levantar o valor
- (A) total de R\$ 1.200,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.
 - (B) de até R\$ 960,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.
 - (C) total de R\$ 1.200,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 480,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.500,00.
 - (D) de até R\$ 600,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 240,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 1.800,00.
 - (E) de até R\$ 720,00 de FGTS, recebendo indenização sobre o saldo da conta do FGTS de R\$ 480,00, fazendo jus a aviso prévio indenizado de R\$ 2.100,00.
44. Bromélia é contratada da empresa Verdes Mares Indústria e Comércio Ltda. para prestação de trabalho intermitente, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. No dia 21 de dezembro de 2022, Bromélia foi convocada pelo contratante, tendo aceito a oferta, para laborar nos dias 26, 27, 28 e 29/12/2022, sendo que perceberia pelos dias o valor de R\$ 500,00. Sabendo-se que a trabalhadora deixou de comparecer ao trabalho nos referidos dias, sem justo motivo, de acordo com previsão legal, a empresa Verdes Mares poderá cobrar de Bromélia multa de
- (A) R\$ 50,00, no prazo de 30 dias, vedada a compensação.
 - (B) R\$ 100,00, no prazo de 15 dias, permitida a compensação em igual prazo.
 - (C) R\$ 200,00, no prazo de 30 dias, vedada a compensação.
 - (D) R\$ 150,00, no prazo de 20 dias, permitida a compensação em igual prazo.
 - (E) R\$ 250,00, no prazo de 30 dias, permitida a compensação em igual prazo.



45. O sindicato dos empregados nas Indústrias de Móveis de Goiânia pretende celebrar uma nova Convenção Coletiva com o respectivo sindicato patronal de modo a se ajustarem à nova realidade econômica enfrentada após o término da pandemia de Covid-19. Para que seja válida a referida Convenção Coletiva, a mesma
- (A) deverá ter vigência igual ou inferior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.
 - (B) não poderá ter prazo de vigência superior a quatro anos, admitida a ultratividade.
 - (C) deverá ter vigência igual ou inferior a quatro anos, sendo vedada a ultratividade.
 - (D) não poderá ter prazo de vigência superior a dois anos, admitida a ultratividade.
 - (E) deverá ter vigência igual ou inferior dezoito meses, sendo vedada a ultratividade.
-
46. Mévio e a sua empregadora Restaurante Peixe na Telha pactuaram em acordo individual sistema de compensação de horas extras em banco de horas. Para a licitude deste acordo, conforme o que normatiza a Consolidação das Leis do Trabalho, o mesmo deve ter previsão de compensação de horas em até
- (A) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
 - (B) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras.
 - (C) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da rescisão.
 - (D) seis meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio não fará jus às horas extras não compensadas.
 - (E) doze meses, sendo que em caso de rescisão sem a total compensação, Mévio fará jus às horas extras não compensadas calculadas com base no valor da remuneração na data da prestação das horas extras, sem direito ao adicional.
-

Direito Processual do Trabalho

47. A pizzaria Lenhareto está sendo executada na Justiça do Trabalho por sentença transitada em julgado em 24/10/2022, decorrente de reclamação trabalhista promovida pelo seu ex-empregado Adônis. Em 18/11/2022 o juiz despacha no processo de execução requerendo de Adônis informações acerca do paradeiro da executada para prosseguimento do feito, estando Adônis silente, tendo sido cientificado na mesma data do referido despacho. Na hipótese narrada, de acordo com o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, mantendo-se o silêncio do exequente, a pizzaria Lenhareto poderá suscitar a prescrição intercorrente no prazo de
- (A) dois anos a contar de 24/10/2022.
 - (B) cinco anos a contar de 19/11/2022.
 - (C) cinco anos a contar de 24/10/2022.
 - (D) dois anos a contar de 19/11/2022.
 - (E) três anos a contar de 19/11/2022.
-
48. A empresa de transportes rodoviários Carga Total interpõe agravo de petição contra decisão do juiz na execução de processo do trabalho movido por Afrodite, sua ex-empregada. O juiz denega seguimento ao agravo de petição, sob fundamento de intempestividade do mesmo. Pretendendo recorrer desta decisão, a empresa poderá apresentar
- (A) agravo de instrumento no prazo de 8 dias, sem a suspensão da execução.
 - (B) recurso ordinário no prazo de 8 dias, sem a suspensão da execução.
 - (C) agravo de instrumento no prazo de 10 dias, sem a suspensão da execução.
 - (D) recurso ordinário no prazo de 10 dias, ficando suspensa a execução até decisão final acerca do mesmo.
 - (E) agravo de instrumento no prazo de 5 dias, ficando suspensa a execução até decisão final acerca do mesmo.
-
49. Vênus distribuiu, na cidade de Caldas Novas, reclamatória trabalhista em face da sua empregadora doméstica Hera, cobrando da mesma as verbas rescisórias que não foram pagas na rescisão contratual e indenização por danos morais. A prestação de serviços se deu na cidade de Anápolis. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, poderá a ré arguir exceção de incompetência territorial
- (A) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
 - (B) no prazo de 10 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
 - (C) como matéria preliminar de defesa, devendo protocolar a mesma em até 5 dias que antecede a audiência designada.
 - (D) em audiência, antes da apresentação da defesa, hipótese em que o juiz dará vista à parte autora para manifestação em 48 horas.
 - (E) em até 5 dias antes da audiência, por simples petição, sendo que o juiz dará vista em audiência à parte autora para manifestação em 72 horas.
-



50. Margarida está demandando na Justiça do Trabalho em face do seu ex-empregador, o Posto de Combustíveis Atalaia, estando assistida por advogado do sindicato dos empregados em postos de combustíveis. Na hipótese de procedência dos pedidos, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 15% e o máximo de 30% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (B) não caberá condenação em honorários de sucumbência, eis que a mesma é restrita na hipótese de contratação de advogado particular, ficando a remuneração limitada apenas aos honorários contratados, em percentual de no mínimo 5% e no máximo de 15%.
 - (C) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (D) poderá o juízo condenar o réu em honorários de sucumbência, no mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
 - (E) não são devidos honorários de sucumbência na hipótese de assistência jurídica pelo sindicato da categoria, uma vez que se trata de obrigação legal do sindicato a referida assistência para os membros da categoria, ficando restrita a remuneração apenas a honorários contratados, em percentual não superior a 15%.
51. Considere as assertivas abaixo a respeito da prática de atos processuais e seus prazos na Justiça do Trabalho:
- I. Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
 - II. Apenas mediante autorização expressa do magistrado poderá ser efetivada penhora de bens aos domingos, sendo vedada, ainda que com essa autorização, nos feriados.
 - III. Entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, os prazos processuais na Justiça do Trabalho ficam interrompidos.
 - IV. O período que se inicia em 21 de dezembro e termina em 19 de janeiro é de suspensão dos prazos na Justiça do Trabalho, não podendo ser realizadas audiências e sessões de julgamento.
 - V. Os prazos processuais podem ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário nas hipóteses de força maior devidamente comprovada.
- Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e V.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e V.
52. Em determinada sentença trabalhista, o juiz do trabalho condena a empresa reclamada, por força do inadimplemento de verbas contratuais em uma indenização de 40% sobre os valores inadimplidos, a título de frutos percebidos pela posse de má-fé, com base na legislação civil, sem que houvesse pedido do autor. Em face do que orienta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, tal decisão poderá ser revista pelo Tribunal Regional do Trabalho porque
- (A) extrapola o limite de 30% permitido nesse tipo de condenação.
 - (B) depende de requerimento na petição inicial, ainda que possível essa condenação.
 - (C) excede o percentual de 20%, por analogia ao limite previsto para os honorários de sucumbência.
 - (D) extrapola o limite de 15% permitido nesse tipo de condenação.
 - (E) não é cabível, nem mesmo havendo pedido do autor, a condenação referida, por incompatibilidade com o Direito do Trabalho.

Direito Civil

53. Em escritura pública de constituição de hipoteca, pactuou-se cláusula prevendo que, caso a dívida por ela garantida não fosse paga no vencimento, o credor hipotecário estava autorizado a ficar com o imóvel objeto da garantia. Nesse caso, de acordo o Código Civil, essa cláusula é
- (A) válida, independentemente da natureza da dívida, mas tem sua eficácia condicionada ao registro da escritura no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (B) válida e eficaz, independentemente da natureza da dívida ou do registro da escritura no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (C) válida, mas somente nos casos em que a dívida tiver natureza alimentar; além disso, sua eficácia depende do registro da escritura no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) nula de pleno direito; porém, após o vencimento da dívida, o devedor poderá dar o imóvel em pagamento dela.
 - (E) nula de pleno direito, não sendo permitido ao devedor, nem mesmo depois de vencida a dívida, dar o imóvel em pagamento dela.
54. São considerados elementos acidentais do negócio jurídico:
- (A) o erro, o dolo e a coação.
 - (B) o encargo, a condição e o termo.
 - (C) o agente, o objeto e a forma.
 - (D) a nulidade absoluta e a nulidade relativa.
 - (E) a incapacidade do agente e a invalidade da forma.



55. De acordo com o Código Civil, o condomínio edilício
- (A) pode tanto ser instituído por ato entre vivos como por testamento.
 - (B) é automaticamente instituído sempre que duas ou mais pessoas forem proprietárias de frações ideais de um mesmo edifício, independentemente de qualquer ato de vontade.
 - (C) só pode ser instituído por convenção, que é desde logo oponível a terceiros, independente do seu registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - (D) é regido por uma convenção, que só pode ser alterada mediante aprovação de todos os condôminos.
 - (E) é regido por uma convenção, que deve ser necessariamente feita por escritura pública, sob pena de não ter validade.
56. João, empregado de Francisco, conserva em nome deste, e em cumprimento das suas instruções, a posse de imóvel de propriedade do segundo. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, João é considerado, em relação ao imóvel,
- (A) mero detentor.
 - (B) possuidor precário.
 - (C) possuidor indireto.
 - (D) possuidor de segundo grau.
 - (E) proprietário fiduciário.

Direito Processual Civil

57. De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa
- (A) pode ser pronunciada de ofício pelo juiz.
 - (B) só pode ser pronunciada pelo juiz se arguida pelo réu em preliminar de contestação ou pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
 - (C) só pode ser pronunciada pelo juiz se arguida pelo réu por meio de exceção de incompetência, que deverá ser necessariamente apresentada no prazo de contestação, por meio de petição autônoma a esta, sob pena de não ser conhecida.
 - (D) não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar, salvo apenas para resguardar os interesses de parte absolutamente incapaz.
 - (E) pode ser pronunciada pelo juiz a requerimento do autor, mesmo depois da distribuição da ação, desde que previamente à citação.
58. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito às partes plenamente capazes estipularem mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais,
- (A) somente durante o processo, e desde que este verse sobre direitos que admitam autocomposição.
 - (B) somente antes do processo, e desde que este verse sobre direitos que admitam autocomposição.
 - (C) antes ou durante o processo, e desde que este verse sobre direitos que admitam autocomposição.
 - (D) somente antes do processo, inclusive se este versar sobre direitos que não admitam autocomposição.
 - (E) somente durante o processo, inclusive se este versar sobre direitos que não admitam autocomposição.
59. Em ação de cobrança movida por Luiza contra Janaína, o pedido foi julgado parcialmente procedente por sentença transitada em julgado, que condenou Janaína ao pagamento de metade do montante pleiteado por Luiza. Considerando que, em face da condenação sofrida, Janaína tem direito de regresso contra Rodrigo, o Código de Processo Civil confere legitimidade para propor ação rescisória dessa sentença à
- (A) Luiza, somente.
 - (B) Janaína, somente.
 - (C) Luiza e à Janaína, somente.
 - (D) Janaína e ao Rodrigo, somente.
 - (E) Luiza, à Janaína e ao Rodrigo.
60. De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência do recurso pelo autor
- (A) depende da concordância do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel; porém, a renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação do réu.
 - (B) depende da concordância do réu, assim como a renúncia ao direito de recorrer, salvo, em ambos os casos, se o réu ainda não tiver sido citado ou for revel.
 - (C) e a renúncia ao direito de recorrer não dependem de concordância do réu, independentemente de este já ter sido citado ou de ser ou não revel.
 - (D) não depende da concordância do réu; porém, a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação do réu, salvo se este ainda não tiver sido citado ou for revel.
 - (E) só depende da concordância do réu nos casos em que este também tiver interposto recurso contra o mesmo ato judicial recorrido; já a renúncia ao direito de recorrer independe da concordância do réu em qualquer circunstância.



Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação**, para os candidatos a cargos de nível superior, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **30 (trinta) linhas** e máximo de **40 (quarenta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Tempos vivos da História

Na modernidade, o conceito de progresso atingiu um prestígio absoluto: muitos acreditam que vivemos apenas em função de um futuro consagrador, numa progressão contínua. Tal concepção de tempo elege esse ansiado futuro como um patamar a ser obsessivamente buscado e pode, muitas vezes, anular o sentido de tudo o que já se viveu no passado.

O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) afirmou que nunca o conhecimento da História foi tão importante em nosso tempo, justamente porque nos dias que correm nosso passado histórico foi relegado a um segundo plano, quando não simplesmente “cancelado”. Hobsbawm lembra que todas as nossas experiências contemporâneas têm forte vínculo com experiências do passado da humanidade. O que é moderno e aspira ao progresso não se desvincula do que já existiu, mas continua traçando seu caminho. Conhecer a História não é, portanto, passear por meras curiosidades do passado da humanidade; é reconhecer dentro do nosso tempo as fortes raízes que permanecem vivas e iluminadoras no caminho que estamos seguindo.

Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica diante do tema nele tratado.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

NÃO EScreva NESTE ESPAÇO